



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ORAL

Criar um mecanismo de tratamento para ajudar as pequenas e médias empresas com dificuldades de endividamento a ultrapassarem tempos difíceis

Tendo em conta a recuperação desequilibrada da economia após a epidemia e as dificuldades de exploração enfrentadas pelas empresas, o Governo prolongou, de 8 para 10 anos, o prazo máximo de reembolso do Plano de apoio às pequenas e médias empresas (PME) e do Plano de apoio a jovens empreendedores, para aliviar a pressão de reembolso das PME com dificuldades de exploração. Mas, com a mudança dos modelos de consumo e o aumento dos custos financeiros, as PME continuam a enfrentar dificuldades na exploração das suas actividades. É necessário que o Governo continue a reforçar o apoio e a adoptar, especialmente na situação em que a pressão de reembolso tem vindo a aumentar devido às mudanças conjunturais, medidas adequadas para ajudar as PME a fazer face à crise de endividamento.

Segundo o Governo, até finais de 2024, o montante das dívidas vencidas do Fundo de Desenvolvimento Industrial e de Comercialização (FDIC) ultrapassava 500 milhões de patacas e, do montante referido, as dívidas vencidas das PME atingiram 180 milhões. Nota-se que a pressão de endividamento das PME continua a ser grande. Segundo o regulamento do FDIC, a falta de pagamento do empréstimo por um período superior a três meses implica a cobrança coerciva através do processo de execução fiscal. Acredita-se que, no futuro, muitos casos vão entrar em processo judicial, o que



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

aumentará a pressão e os encargos do trabalho judicial. O Governo deve pensar em reforçar as medidas para ajudar as PME a aliviar os encargos com o reembolso dos empréstimos. Ao mesmo tempo, pode estudar a criação de um mecanismo correspondente, para que as PME ou os residentes com dificuldades de endividamento possam ter um espaço de descanso, com oportunidade de recomeçar, com vista a assegurar o desenvolvimento estável de Macau.

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. O prazo de reembolso do FDIC foi prorrogado, no entanto, as PME continuam a sentir uma grande pressão na devolução dos empréstimos e continuam a registar-se situações de desequilíbrio no desenvolvimento económico. O Governo deve estudar e lançar mais medidas para aliviar a pressão das mesmas no reembolso dos empréstimos. Vai fazê-lo? Há, ou não, condições para criar um mecanismo de reembolso mínimo que permita aliviar os encargos das PME?

2. Devido às mudanças no ambiente de negócios, muitas PME também enfrentam dificuldades de financiamento, e muitas empresas e residentes começam a enfrentar crises de dívida e encontram-se em situação de falência e liquidação, e até a serem alvo de acção judicial. Embora exista actualmente o “regime de insolvência”, na prática, falta ainda um regime eficaz para tratar adequadamente dos direitos e deveres do devedor e do credor. Assim, o Governo deve tomar como referência as experiências do exterior e ponderar rever e aperfeiçoar o regime de falência individual, para resolver o problema de endividamento dos residentes e manter o desenvolvimento estável de Macau. Vai fazê-lo?



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

3. O Secretário para a Economia e Finanças apresentou, nas LAG do corrente ano, uma série de medidas de apoio ao desenvolvimento das PME, mas, face às incertezas do desenvolvimento económico, o ambiente de negócios das PME continua difícil. De que outras medidas dispõe o Governo para melhorar o ambiente de negócios? Especialmente com a mudança do modelo de consumo, o Governo deve lançar mais medidas específicas, para incentivar ainda mais o consumo no mercado e elevar o nível de desenvolvimento económico de Macau. Vai fazê-lo?

3 de Junho de 2025

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Song Pek Kei